

Sarney toma a decisão de convocar

BRASÍLIA — O Presidente José Sarney decidiu ontem, durante reunião do Conselho Político do Governo, enviar ao Congresso Nacional em junho uma proposta de emenda constitucional estabelecendo que os parlamentares eleitos em 15 de novembro de 1986 terão poderes constituintes. Esta emenda vai tramitar paralelamente aos entendimentos do pacto político que estabelecerá um cronograma de votações no Legislativo até novembro.

A idéia inicial de inaugurar o pacto político com a convocação da Constituinte, através de um entendimento interpartidário, foi descartada por Sarney na medida em que decidiu enviar sua mensagem ao Congresso. Entretanto, os líderes da Aliança Democrática afirmaram ser provável que, antes do envio da emenda, se realize a primeira reunião dos dirigentes e líderes partidários para discutir o pacto político.

Para o Líder do Governo no Congresso, Senador Fernando Henrique Cardoso, a convocação da Constituinte é um assunto encerrado e não passa pelo pacto político. Ele explicou, contudo, que o Presidente da Câmara e do PMDB, Ulysses Guimarães, vai manter contatos com as cúpulas partidárias a fim de estabelecer um cronograma de votações até novembro. A intenção do Governo, segundo o Líder, é preparar o terreno para a instalação da Constituinte, a fim de remover o chamado "entulho" autoritário da legislação e aprovar também a legislação ordinária para democratizar as próximas eleições.

A data do envio da mensagem ao Congresso não foi, porém, acertada na reunião do Presidente com os líderes da Aliança Democrática. Apenas algumas posições foram definidas: a emenda será votada só no segundo semestre e a intenção é encaminhá-la ao Congresso só depois da votação da emenda Gastone Righi, prevista para o dia 12 de junho, que convoca a Constituinte. Após o envio da mensagem, será formada a comissão que fará o esboço do anteprojeto da Constituinte.

Fernando Henrique disse que Sarney não pretende atropelar a votação da emenda Righi, enviando antes a do Executivo. Para o Líder do

PMDB no Senado, Humberto Lucena, a emenda deverá chegar ao Congresso até o dia 15 de junho e Fernando Henrique acredita que a proposta seja encaminhada até o dia 30 de junho.

O Líder do PMDB na Câmara, Pimenta da Veiga, não soube precisar se a emenda chegará ao Congresso antes do dia 12 de junho. Ao contrário de Lucena — que, na reunião do Conselho, ponderou que a emenda do Governo deve ser enviada antes dessa data — Pimenta afirmou não achar este um ponto fundamental.

— Não devemos ficar jogando imprensados. Estou preocupado é com a qualidade da emenda — disse, argumentando que, se no dia 12 de junho não houver quorum para a aprovação da emenda Righi, "ninguém vai duvidar que nós somos a favor da Constituinte".

Para Pimenta, o patrocínio da emenda convocatória da Constituinte é, indiscutivelmente, da Aliança Democrática. Por isso, antes de definir a data do envio e após a elaboração do texto final da emenda — que o Presidente informou que pedirá a sua assessoria — Sarney vai consultar os líderes da Aliança Democrática.

Para a votação da emenda Righi, a Aliança Democrática já definiu sua estratégia: não dará quorum para a aprovação.

Os líderes alegam que a emenda traz imperfeições técnicas, não solucionando, por exemplo, a questão dos senadores eleitos em 82, que não receberam referendo popular para participar da Constituinte. Isso, entretanto, segundo os líderes, estará esclarecido na emenda do Executivo.

Segundo Pimenta, na reunião do Conselho político surgiu a tendência de que se coloque nas cédulas das eleições de 1986 um quesito para que o eleitor referende ou não os Senadores remanescentes, que têm mandato de oito anos.

A Aliança Democrática não teme, entretanto, a aprovação da emenda Righi no dia 12 de junho.

— Se por acaso a emenda for aprovada, tudo bem. O Congresso terá outra depois, mais completa, para apreciar — disse o Senador.

Proposta cumpre promessa e mantém tradição de iniciativa do Governo

BRASÍLIA — Três fatores, discutidos durante a reunião do Conselho Político ontem pela manhã, no Palácio do Planalto, levaram o Presidente José Sarney a tomar a iniciativa de enviar mensagem ao Congresso convocando a Assembléia Nacional Constituinte: uma análise histórica comprovando que todas as Constituintes brasileiras foram convocadas por iniciativa do Executivo; o fato de a emenda do Deputado Gastone Righi (PTB-SP) revelar deficiências técnicas; e a justiça de que a Aliança Democrática capitalize o apoio popular pela iniciativa, por se tratar de um compromisso de campanha.

Durante a reunião, "participativa e informal", segundo o Líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, os Líderes apresentaram ao Presidente argumentos defendendo a tese de que ele deveria propor a convocação da Constituinte, com o que o Presidente concordou. A mensagem será enviada ao Congresso no começo da segunda quinzena de junho. Segundo Chiarelli, até lá a Aliança Democrática, ouvindo os partidos que se comprometerem com o pacto político proposto pelo Presidente, definirá, juntamente com o Executivo, a forma como trabalhará a Constituinte: se paralelamente ao Congresso ou não; por quanto tempo, qual a participação dos Senadores eleitos em 1982, cujo mandato irá até 1990, e outros itens.

Para o Presidente, conforme os líderes partidários, a decisão de convocar no próximo mês a Constituinte não compromete o pacto político. Durante a reunião, segundo Chiarelli, Sarney voltou a defender o pacto político, destacando sua importância "na sustentação política do regime", para que possam ser executadas "as transformações essenciais que o País exige", tais como a revisão das leis Falcão, de Greve, de Segurança Nacional e de Imprensa.

Chiarelli afirmou que o pacto político pode começar desde já, para a definição das mudanças na legislação. Ele observou que o executivo já tem um esboço da proposta de reformulação da lei de greve, que deverá ser apresentado ao Conselho Político nos próximos dias. Depois disso, o projeto de lei deve ser submetido à apreciação dos partidos que se comprometerem com o pacto político, iniciando-se, assim, o exercício do pacto.

O Líder do PFL na Câmara, José Lourenço, disse que o Presidente destacou a importância do pacto político para que o País possa vencer as dificuldades existentes com a união de todos em torno de questões fundamentais. E observou:

— Há um problema no País que se chama dívida externa. Negociar essa dívida com o apoio de todos os partidos tem muito mais peso do que apresentar apenas uma parte das forças políticas do País.

a Constituinte